

“DA GUERRA E DA MORTE. TEMAS DA ATUALIDADE.” DE SIGMUND FREUD: UM SÉCULO DEPOIS.

“THOUGHTS FOR THE TIMES. ON WAR AND DEATH” OF SIGMUND FREUD:
A CENTURY LATER.

Betty Bernardo Fuks¹

Resumo

O artigo propõe refletir sobre a atualidade do texto freudiano de 1915 – “Da guerra e da morte: temas da atualidade” -, a partir de alguns conceitos metapsicológicos que deram corpo à análise crítica do autor à civilização que produziu a Primeira Guerra Mundial. Partindo da hipótese de que o texto constitui um leit motiv à construção do conceito de pulsão de morte, sustentamos que a teoria psicanalítica, por ser passível de reelaborações constantes e plurais, não cessa de convocar o analista à refletir sobre a configuração sócio-política em que vive.

Palavras-chave: guerra, morte, pulsão de morte, gozo.

Abstract

This article proposes to reflect on the relevance of the Freudian text 1915 - “Thoughts for the times on war and Death” from some metapsychological concepts that gave substance to the criticism of the author analysis the civilization that produced the First World War. Assuming the hypothesis that text is a leit motiv to the construction of the concept of death drive, we hold that psychoanalytic theory, be subject to constant and plural reworking, does not stop to call the analyst to reflect on the social and politic configuration that lives.

Keywords: war, death, death drive, enjoyment.

¹ Universidade Veiga de Almeida – RJ (UVA). Psicanalista. Dra. em Comunicação e Cultura (UFRJ). Pesquisadora do CNPQ. Professora do Mestrado e Doutorado em Psicanálise, Saúde e Sociedade (Universidade Veiga de Almeida), Pesquisadora do Laboratório de Psicopatologia Fundamental. Organizadora de livros de psicanálise nacionais e internacionais. Autora de Freud e a judeidade: vocação do exílio (Zahar); Freud e a cultura (Zahar); O homem Moisés e o monoteísmo: o desvelar do assassinato (Civilização brasileira). E-mail: betty.fuks@gmail.com

O século XXI, numa continuidade espantosa com o anterior, tempo das grandes catástrofes históricas, vem experimentando uma série de genocídios em massa, ditaduras violentas, racismo e segregacionismo, terrorismo e explorações predatórias da natureza. Nos termos da crueldade e da destruição, novos traumas sociais atingem os quatro cantos de uma civilização cujo progresso tecnológico e científico se mostra cada vez mais acelerado e quase que inócuo à compulsão de destruição entre os homens. A bússola mais precisa que encontro para pensar esses signos da estranha aliança entre barbárie e progressos é um texto de Sigmund Freud que recém completou 100 anos: “Da guerra e da morte. Temas da atualidade” (1915a/1976), escrito e publicado durante a Primeira Guerra Mundial. Minha confiança nessa obra consiste em saber que a ferramenta com a qual o autor perscruta a cultura de guerra e morte, a metapsicologia, por ser passível de reelaboração constante, se presta também à leitura do mal-estar de nossa contemporaneidade.

Do ponto de vista da ética da psicanálise, parto da ideia de que embora o inconsciente ignore a divisão entre os tempos do passado, presente e futuro, isso não significa que os psicanalistas possam se permitir desconhecer a configuração sócio-política de seu tempo. Aqueles que a ignoram deverão renunciar ao exercício da psicanálise, conforme advertiu Jacques Lacan (1953/1998, p. 332) ao afirmar que a singularidade da prática analítica consiste em fazer confluir a clínica do um a um com a escuta da política na qual ela se insere. Tal advertência não deixa de estar diretamente embasada no modo como Freud, desde “A moral sexual civilizada e o nervosismo moderno” (Freud, 1908), passou a refletir sobre os destinos da cultura em função do que apreendia na clínica. A bem da verdade, a psicanálise está estruturada em torno de dois eixos interligados de modo inexorável: além de uma práxis apoiada em

uma ética, ela convoca o analista a ocupar o lugar de crítico da cultura de seu tempo já que, por mais que sua experiência seja concernente à história particular do sujeito, por estar ligada à linguagem, essa história faz parte da História (Stern, 2004). Nesse sentido, gostaria de enfatizar que, se em 1908, Freud soube nomear com precisão e ousadia os termos do problema do “nervosismo moderno” - as características da vida urbana; a dupla moral sexual para homens e mulheres; a maldição da relação inflexível entre sexualidade e reprodução; a exclusão das saídas (assim chamadas) perversas; a neurose como proteção da virtude; o desprezo; a condenação dos homossexuais; o desconhecimento da sexualidade infantil; o desprezo pelo gozo feminino como consequência da neurose generalizada-, entre 1914 e 1915 dá início à construção de uma crítica à presença da barbárie na “mais alta civilização” de todas as épocas, até então. Crítica que desembocará, alguns anos depois nos instrumentos que hoje permitem pensar psicanaliticamente a tendência destrutiva inerente à condição humana. Assim, enquanto o mundo literalmente virava de cabeça para baixo, seus filhos e genro lutavam no front, Freud reúne dois ensaios - “A desilusão causada pela guerra”, escrito em abril de 1915, e “Nossa atitude para com a morte”, uma adaptação da conferência proferida na sede vienense da Associação judaica *B'nai Brit* (Filhos da Aliança) - “Nós e a morte” -, e publica “Da guerra e da morte. Temas da atualidade” (Freud, 1915a/1976).

Logo nas primeiras linhas o autor confessa ter sido tomado por um forte sentimento de perplexidade e desilusão diante da desrazão que aflorava no coração da civilização europeia. A questão que endereça ao leitor - Por que apesar de todas as conquistas intelectuais e científicas da cultura moderna não foi possível diminuir o ódio e a destruição entre os homens? - é respondida com um tom de profunda des-

crença no poder de liderança das nações mais avançadas técnica e cientificamente. E igualmente decepcionado frente a posição de intelectuais e cientistas que, até então, demonstravam uma clara afinidade para com o infernal, dá início às suas primeiras elaborações sobre a categoria do Mal na ordem dos fenômenos coletivos. Seu objetivo não era explicar a guerra a partir da psicanálise, mas, ao revés, tomar a destruição, a violência como realidades do psiquismo e disso retirar consequências teóricas. A lógica de sua argumentação - baseada no texto e publicada naquele mesmo ano - "Pulsões e seus destinos" (Freud, 1915b/1976) - foi precisa: se as pulsões são aquilo que são, pressões constantes que visam a satisfação de certos impulsos primitivos e que em si mesma não são boas nem más, e se o amor e ódio intensos convivem conflitantes (ambivalência de sentimentos), então a destruição da guerra e a desumanização dos laços sociais não são apenas momentos efêmeros, fadados à superação no futuro. Muito ao contrário, são acontecimentos inexoráveis que incorporam um elemento radicalmente social e histórico.

"Não há "erradicação" do mal" (Freud, 1915a, p.317). Mesmo porque não existe sujeito, individual ou coletivo, desprovido de forças violentas. Na verdade, desde o início de sua obra Freud apontou veemente para a positividade do ódio na constituição do sujeito: trata-se de um afeto diretamente vinculado à hostilidade do eu contra tudo aquilo que vindo do exterior causa desprazer e o ameaça. Ou seja, nos bastidores da primeira relação do sujeito com o outro, o ódio é anterior ao amor. Eis, então, a face positiva do ódio: construir a realidade exterior. Em termos da constituição da cultura o ódio é igualmente anterior ao amor; funda e introduz a diferença entre as comunidades. Entretanto, a clínica da melancolia fez com que Freud compreendesse que o ódio mantém igualmente uma íntima relação com a destruição de si. E os rumos

da política ao longo da História lhe fizeram apreender que o ódio pode ser também uma tentativa de destruir a alteridade, o estrangeiro que causa horror. Entretanto, se por um lado, o ódio ao outro estrangeiro é constitutivo dos grupos sociais, quando excessivo desemboca no que conhecemos sob o nome de segregação e mais modernamente de extermínio. O "narcisismo das pequenas diferenças", deixa de salvaguardar a fronteira necessária entre o "nós" e o "outro" e o ódio, impulsionado ao paroxismo, é dirigido ao "outro" enquanto o amor é dirigido à insuflação narcísica do "nós".

Quanto à violência, a insistência do fundador da psicanálise em considerar - a partir da construção do mito de "Totem e tabu" (Freud, 1913/1976) - o direito e a lei como originários das transformações dessa força, condensa, de forma precisa, o duplo sentido do termo em sua obra. Além de designar a potência capaz de sustentar os processos simbólicos e as relações entre os homens, indica, também, a presença bruta de seu elemento mais arcaico nas operações destrutivas e outras assemelhadas que, sistematicamente, inundam de sangue e dor a civilização - o gozo ilimitado de uma figura mítica detentora do poder absoluto. A violência e mesmo o ódio ocupam, assim, uma posição paradoxal que como tantas outras coexistem na obra de Freud sem mediação. Nada mais alheio ao seu pensamento do que a tentativa de as anular, absorvendo-as num sistema. Mas isso não nos exime de aprofundá-las sem aboli-las para tentar encontrar seus próprios fundamentos. No presente artigo, considerando a hipótese de que a escrita "Da guerra e da morte" é o *leitmotiv* da teorização da *pulsão de morte*, talvez o mais paradoxal de todos os conceitos freudianos, tentarei executar a tarefa de trabalhar com as contradições que encontramos nesse texto e delas extrair consequências à nossa atualidade.

Um ano antes de publicar “Da guerra e da morte”, Freud estabeleceu uma importante elaboração em relação ao fenômeno da compulsão à repetição, identificando-o ao modo pelo qual o paciente resiste lembrar de um conteúdo sexual que desperta vergonha (Freud, 1914/1976). Nesse momento, acreditava que o instrumento da transferência no tratamento psicanalítico poderia tornar tal resistência inócua e levar o paciente a ultrapassar seus sintomas. Pouco tempo depois, Freud liga a repetição ao conceito de trauma em função do que ouviu dos soldados que retornavam do front da Segunda Guerra e mais tarde vincula esse fenômeno à pulsão de morte (Freud, 1919/1976). Nesse giro em direção ao trauma, Freud se dá conta de que o sujeito repete algo que “não se liga” ao aparelho psíquico impotente de absorver o evento traumático, o imprevisível que atropela todo o esforço de sentido em compreendê-lo. Um trauma perfura a alma, esgarça o simbólico e, por conta disso, é evocado repetitivamente.

Historicamente, um inventário de situações traumáticas repetitivas - o sofrimento psíquico dos soldados que retornavam do front sem condições de narrar a experiência vivida na guerra; as situações de fracasso do tratamento psicanalítico pelo sentimento de culpa; os sonhos do sujeito da neurose traumática que o faz acordar com um novo susto; e a brincadeira de uma criança que joga repetidamente o carretel para em seguida pegá-lo de volta, referindo-se ao desaparecimento da mãe -, fornecem a Freud as evidências sobre a existência de uma força outra que não a sexualidade. Batiza-a de pulsão de morte, a pulsão que lhe forneceu as provas de que o organismo quer morrer, mas à sua maneira (Freud, 1920/1976). Entretanto, para que o organismo chegue a cumprir o propósito de retornar ao estado anterior à vida a seu tempo, a pulsão de morte necessariamente contracenava com a pulsão de vida. Um paradoxo - precisar da vida para morrer - cons-

titui os alicerces da nova tópica freudiana: pulsões de vida x pulsões de morte. A partir daí Freud se concentra em apreender o esforço subjetivo, individual e coletivo, na luta contra perigos que auxiliam o organismo atingir seu objetivo rapidamente em nome dessa solidariedade antinômica que imbrica vida e morte. O princípio psicanalítico de intrincação entre as pulsões de vida e de morte se anuncia, segundo a formulação de Rey-Flaud assim: “não há vida sem morte, não há morte sem vida”. (Rey-Flaud, 2002, p. 42). Não seria esse um dos sentidos que poderíamos atribuir ao aforisma que surge na pena de Freud durante a escrita de “Da guerra e da morte”, numa inversão da máxima latina “Se queres suportar a vida, prepara-te para a guerra. Se queres suportar a vida prepara-te para a morte” (Freud, 1915a/1976, p. 301). Se admitirmos essa possibilidade, somos também obrigados a convocar a teorização de Lacan acerca da relação paradoxal e intrincada da vida com a morte no âmbito da satisfação pulsional. Conforme faz notar Santiago (2015), o dualismo freudiano entre a vida e a morte é substituído por uma outra forma de dualismo, aquele da “cisão interna” à dimensão do gozo imiscuída no corpo. É o próprio gozo que se torna a fonte do mal e não propriamente a pulsão de morte pois a “a vida, da qual somos cativos, está, (...) como tal, conjugada à morte, ela sempre retorna à morte” (Lacan, 1978/1982, p. 283). Esta não exprime propriamente um querer morrer ou querer matar, mas antes uma vontade de voltar ao inanimado.

Voltemos a Freud tomando como ponto de partida o conceito lacaniano de gozo. Qual a relação possível da guerra com o gozo? A Primeira Guerra era “tão cruel, tão escarnicada, tão implacável quanto qualquer outra que a tenha precedido ao longo da História”. (Freud, 1915a/1976, p. 315). Nesses termos Freud introduz a ideia de que o sujeito moderno e o selvagem das cavernas são igualmente bárbaros, cruéis e malignos.

A psicanálise começava, assim, a desconstruir a ideia vigente de uma “superioridade” da civilização mais avançada sobre as mais primitivas para introduzir a tese de uma certa unidade da espécie. Desconstrução que dá a Freud (1930) elementos para afirmar em “O mal-estar na cultura” que independentemente dos tempos a vocação humana de “satisfazer no outro a agressão, explorar sua força de trabalho sem ressarcir-lo, usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, tirar-lhe a posse de seu patrimônio, humilhá-lo, infligir-lhes dores, martirizá-lo e assassiná-lo” (Freud, 1930/1976, p. 108) é inconfundível e repetitiva. O gozo mortífero carrega uma carga poderosa de destrutividade e crueldade, ameaça de aniquilamento do sujeito e dos povos.

Mas há algo de assustador, segundo o que lemos em “Da guerra e da morte”, na civilização moderna. O conflito entre Estados Modernos, segundo a análise freudiana, se mostrava o mais destrutivo de todos os conflitos conhecidos até então, devido ao desenvolvimento técnico de armas de ataque e de defesa. A modernidade, trouxe poderes desmesurados ao homem que Freud qualificou de “deus de prótese” depois de afirmar estar de acordo com Plauto em que o “O homem é o lobo do homem “ (Freud, 1930/1976, p. 111). A guerra que durou 4 anos de trevas em plena modernidade - 1914-1918-, se valeu, conforme a previsão de Freud em 1915, de todos os poderes tecnológicos para fomentar a destruição em massa, causando um trauma social sem precedentes. Freud não estava sozinho em sua atenção aos perigos do progresso civilizatório conceder uma faculdade excessiva da tecnologia no quadro do mundo moderno. Entre os textos de seu contemporâneo mais jovem Walter Benjamin, “Alarme de incêndio” (Benjamin, 1928/1987), escrito entre as duas guerras mundiais é, segundo a leitura de Michel Löwy (2013), uma previsão profética de que inovações tecnológicas aplicadas à guerra moderna le-

variam ao pior: a possibilidade de realizar uma guerra química.. E assim foi: 14 anos depois as câmaras de gás nos campos de extermínio alimentavam o gozo mortífero, rompiam o pacto civilizatório: os prisioneiros, depois de destituídos de suas próprias subjetividades, eram transformados em sabão. No lugar de cadáveres, pedaços de corpos mutilados e sem nomes.

O itinerário crítico de Benjamin está voltado sobretudo contra a tendência destrutiva da ideologia de progresso. Em “O anjo da História”, a nona tese de “Sobre o Conceito de História” (Benjamin, 1940/1993), numa leitura acurada e extremamente singular do quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee, o filósofo propõe a tese de que a História, sobretudo no século XX, marchava em direção à barbárie. Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. Uma das ideias desenvolvidas nessa tese, segundo sugere a leitura proposta por Maria Rita Kehl, é a de progresso como a repetição a “mais do mesmo”. Não é uma simples reprodução do evento traumático tal qual Freud identifica na repetição da violência originária da morte do pai. O “anjo”, paralisado pela própria marcha do progresso, não pode

se deter para juntar os destroços e “muito menos para pensar para onde ele está sendo impelido” (Kehl, 2015, p.124).

O tema vale uma digressão. O contexto atual das grandes empresas de tecnologia sugere colocar em paralelo o hiperdesenvolvimento da técnica e da catástrofe. A Inteligência Artificial, ramo da tecnologia que começa a ser desenvolvida logo após a Segunda Guerra Mundial, vem sendo questionada por muitos pensadores, inclusive aqueles que se dedicam a construir plataformas e robôs que, supostamente, devem servir ao avanço civilizatório. O astrofísico Stephen Hawking, por exemplo, prevê que a robótica e a inteligência artificial, em breve, colocarão em vulnerabilidade milhares de trabalhadores de baixa e média preparação. Essa marcha do progresso, que vem desenvolvendo formas primitivas de inteligência artificial, tem se mostrado muito útil, segundo o astrofísico. Entretanto, quanto maior o avanço, maior a possibilidade de se criar máquinas que sejam equivalentes, ou superiores, aos humanos. Haverá uma nova repetição da barbárie, disfarçada no movimento inexorável do progresso científico e tecnológico, num futuro próximo?

Voltemos ao texto de Benjamin (1928/1987), à figura do anjo paralisado pelo progresso que a um só tempo o impele para frente e o impede de recolher os destroços (os mortos) que produziu para ousar associá-la ao tema do segundo ensaio do texto freudiano de 1915a “Nossa atitude para com a morte”. Freud volta-se sobretudo à sua percepção de que o homem moderno é incapaz de elaborar o luto e, conseqüentemente, transformar sua perda em memória, em narrativas simbólicas. Sua crítica descortina um paradoxo inesperado: as sociedades primitivas se mostram mais éticas e civilizadas do que as modernas em sua insistência de dessacralizar a morte, outrora sob o manto do divino. Ainda que no inconsciente não haja representação da morte, - o que dificulta dar à guerra o lugar na rea-

lidade que lhe é devido -, e que o homem seja inclinado ao assassinato e ambivalente para com aqueles que se ama desejando e, ao mesmo tempo, temendo sua morte, a experiência da perda exige o trabalho de luto do objeto, mesmo em se tratando de um inimigo ao qual é endereçado o ódio. Com espanto Freud se dá conta de que, enquanto o guerreiro primitivo responsabilizava-se pela morte infligida ao inimigo e realizava o luto através de um conjunto de práticas cerimoniais e tabus que permite expiar a culpa pelo homicídio, nas sociedades ditas modernas vigora o desrespeito pela morte, no sentido mais amplo do termo.

Se há um acento profético no segundo ensaio do texto “Da guerra e da morte. Temas da atualidade”, ele reside na percepção de que nas sociedades modernas a ausência de luto em relação a morte de outrem concorre para dissolver, cada vez mais, a transmissão simbólica da Lei que sustenta a rede simbólica que tornou o humano um ser de linguagem. Essa é uma das faces da barbárie na atualidade.

No âmbito dos debates sobre as guerras atuais Judith Butler (2015, p. 29-33) considera que elas costumam dividir a população entre a vida das pessoas que merecem lamento e aquelas “enlutáveis”. Isto é, aquelas cuja vida não é passível de luto. A autora argumenta que a falta de luto acontece porque a vida do sujeito nunca foi reconhecida como tal pelos governos que se encarregam de regular qual morte será lamentada. O leitor de “Quadros de guerra: quando a vida é passível de morte?” se inteira sobre a realidade de que em pleno século XXI a política do Estado insiste em que algumas vidas não merecem luto público. O que vigora, por exemplo, nos complexos penitenciários de Abu Ghraib e de Guantánamo é o gozo mortífero que se experimenta em torturar os prisioneiros. A indiferença pela dor do outro determina a morte subjetiva do torturado e fomenta o desrespeito pela morte real do inimigo. Ao

final da leitura do livro de Butler chega-se à conclusão de que as atividades criminosas dos militares nos quadros de guerras atuais em nada deixam a dever as atrocidades cometidas durante as Grandes Guerras do século passado.

Com essas considerações em mente, voltemos ao texto de Freud, no ponto em que tece considerações sobre o mandamento milenar “Não matarás”. O desejo de matar, escreve, é uma “tentação” que todos experimentam. Ele surgiu “contra a satisfação do ódio que se ocultava em relação ao pesar pelas pessoas mortas amadas, estendendo-se gradativamente ao estranho e finalmente até mesmo aos inimigos” (Freud, 1915a/1976, p. 334). Proibição e desejo de matar num só mandamento. Na guerra descarta-se facilmente o interdito de matar e sobrevém um estado anterior à fundação da cultura, de acordo com o mito freudiano de Totem e Tabu. Daí porque toda guerra escancara a desmedida do usufruto em gozar de matar o outro da diferença. Um gozo anterior à linguagem facultado pela invenção de Auschwitz e pela permissão do uso de bombas atômicas sob a população de Hiroshima e Nagasaki. Eis a barbárie se estendendo ao nosso século: a indiferença pelos refugiados que os Estados democráticos deixam morrer. Ou melhor, esses assassinatos estão lançando a humanidade, mais uma vez, na repetição do gozo que anuncia uma nova ruptura civilizatória.

Em resumo: as considerações freudianas sobre a guerra e as práticas assassinas inauguradas em “Da guerra e da morte”, estabelecem relações diretas entre as pulsões e as transformações do tempo histórico em que foi escrito, a saber: (1) desenvolvimento crescente da tecnologia e da ciência que, no lugar de oferecer bem-estar e segurança, fomenta a barbárie; (2) o ineditismo da falta de luto pelo inimigo, o que parece corresponde ao afrouxamento das normas éticas de convívio entre o “nós” e o “outro”. Reconhecer a responsabili-

de pela morte do outro exige uma resposta ética que só poderá advir se o sujeito atravessar o processo de luto. Essas são as repostas, que ao meu ver constituem uma das grandes lições do texto de 1915. A primeira nos alerta para a impossibilidade de compactuar com a ideia de que progresso científico significa exclusivamente bem-estar, pois a história já nos ensinou que a diversidade com que as pulsões se manifestam no político incluem o gozo mortífero. A segunda exige uma posição ética e estética (Freud, 1932/1976, p. 19) capaz de fazer girar o mandamento “Não Matarás” até encontrar sua expressão maior na sentença “farás tudo para que o Outro viva” (Levinas, 1997, p. 243-245). Torção que o sujeito só pode fazer quando se dá conta de que ele é habitado pela sombra da crueldade merecedora de sua eterna vigilância. Esse seria um possível antídoto contra o usufruto do gozo mortífero de assassinar e de se manter indiferente para com a morte do outro.

Não podemos deixar de ficar perplexos ao lermos “Da guerra e da morte. Temas da atualidade” um século depois de sua publicação. Ou seja, depois das duas Guerras Mundiais, a invenção dos campos de extermínio, das bombas sobre Hiroshima e Nagasaki, centenas e milhares de massacres e genocídios, mas também em meio a um processo técnico-científico no qual as máquinas ameaçam sobrepujar os homens - diante da forma com que Freud, não se deixando levar por epígonos, mergulhou em temas que não cessam de não retornar à civilização sob o signo da repetição da barbárie e da catástrofe.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

Benjamin, W. (1987). Alarme de incêndio. In: *Rua de mão única. Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1928).

- _____. (1993). Sobre o conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1940).
- Butler, J. (2015). Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? LOCAL: Civilização Brasileira.
- Freud, S., (1976). La moral sexual civilizada y lo nervosismo moderno. In: *Sigmund Freud Obras Completas*. Vol. IX. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1908).
- _____. (1976). Totem e tabu. In: *Sigmund Freud Obras Completas*. Vol. XIII. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1913).
- _____. (1976). Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, II). In: *Sigmund Freud Obras Completas*. Vol. XII. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1914).
- _____. (1976). Da guerra y muerte. Temas de actualidad. In: *Sigmund Freud Obras Completas* Vol. XIV. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1915a).
- Freud, S. (1976). Pulsiones y destinos de pulsión In: *Sigmund Freud Obras Completas* Vol. XIV. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1915b).
- _____. (1976). Introducción a Zur Psychoanalyse der Kriegsneurosen. In: *Sigmund Freud Obras Completas*. Vol. XVII. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1919).
- _____. (1976). Más allá del principio de placer. In: *Sigmund Freud Obras Completas*. Vol. XVIII. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1920).
- _____. (1976). El mal estar em la cultura. In: *Sigmund Freud Obras Completas* Vol. XXI. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1930).
- _____. (1976). Por qué la guerra? In: *Sigmund Freud Obras Completas* Vol. XXII. Buenos Aires: Amorroutu. (Trabalho original publicado em 1932).
- Kehl, M. R. (2014). História e Repetição. In: FINGGERMANN, D. (org.). *Os paradoxos da repetição*. (p.p. 107-130). São Paulo: Annablume.
- Lacan, J. (1982). *O Seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1978).
- _____. (1988). Função e campo da fala e da linguagem. In: *Escritos* (pp.238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Levinas, E. (1997). *Entre nós: ensaios sobre a Alteridade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Moreira, I. (2015). Quatro reflexões de Stephen Hawking sobre a inteligência artificial. In: *Revista Galileu*. Recuperado em 05 de abril de 2016 de <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2015/10/4>
- Rey-Flaud, H. (2002). Os fundamentos metapsicológicos de O mal-estar na cultura. In: *Em torno de O mal-estar na cultura de Freud*. São Paulo: Escuta.
- Santiago, J. (2015). Efeito-Charlie e a política do não-todo. In: *Minas com Lacan*. Recuperado em 12 de março de 2106 de <http://minascomlacan.com.br/blog/efeito-charlie-e-a-politica-do-nao-todo/>
- Stern, A. L. (2004). *Le savoir de porte Camps, Histoire, Psychoanalyse*. Paris: Seuil.
- Löwy, M. (2013). 'Prefácio à coletânea de Walter Benjamin'. O capitalismo como religião. São. Paulo. Boitempo.

RECEBIDO EM: 18/10/2016

APROVADO EM: 05/12/2016